



Quae sunt Caesaris, Cesari: uma interpretação constitucionalmente adequada da imunidade tributária dos templos de qualquer culto

Autor: Pedro Pimenta Bossi

Juiz Federal Substituto

publicado em 30.04.2015

 [\[enviar este artigo\]](#)  [\[imprimir\]](#)

Resumo

Dentre os dispositivos constantes do texto constitucional, destaca-se a imunidade tributária dos templos de qualquer culto, no sentido de demonstrar que a atual interpretação dada pela jurisprudência a referido tema contribuiu para que a realidade atual das organizações religiosas destoasse de princípios fundamentais da Constituição. Assim, propõe-se uma interpretação constitucionalmente adequada da imunidade tributária dos templos de qualquer culto, no sentido de restringi-la aos prédios comprovadamente destinados ao exercício litúrgico, harmonizando-a, dessa forma, com o texto expreso da Constituição e com determinados fundamentos e objetivos constitucionais.

Palavras-chave: Constitucional. Tributário. Interpretação. Imunidades. Templos.

Sumário: Introdução. 1 A busca do sentido normativo: breves considerações sobre o tema da interpretação constitucional. 2 Imunidade tributária dos templos de qualquer culto: fundamentos constitucionais e distintas interpretações dadas pelo Supremo Tribunal Federal. 2.1 Fundamentos constitucionais da imunidade tributária dos templos de qualquer culto. 2.2 Estudo específico de decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal. 3 Uma interpretação constitucionalmente adequada da imunidade tributária dos templos de qualquer culto. 3.1 Um alerta acerca da interpretação no Direito Tributário. 3.2 Do atual contexto das organizações religiosas. 3.3 Da influência do contexto para a interpretação constitucional. 3.4 Fundamentos e métodos para uma interpretação constitucionalmente adequada da imunidade tributária dos templos de qualquer culto. Conclusão. Referências bibliográficas.

Introdução

Ao promover a travessia que resulta em uma norma jurídica, o intérprete atribui sentido a um texto normativo, tarefa essa primordialmente exercida pelo Poder Judiciário. A imunidade tributária dos templos de qualquer culto deve se submeter a esse processo de concretização, por meio da aplicação dos cânones clássicos de interpretação jurídica, buscando-se uma harmonia entre a realidade atinente às organizações religiosas e os fundamentos e os objetivos constitucionais.

1 A busca do sentido normativo: breves considerações sobre o tema da interpretação constitucional

Dentre as funções historicamente atribuídas ao Estado, a atividade jurisdicional destaca-se como aquela em que o ordenamento jurídico encontra definitiva

concretização,⁽¹⁾ dado que, após um processo de abstrativização levado a cabo pelo legislador, o texto normativo terá finalmente se deparado com sua própria razão de existir: o **conflito**.⁽²⁾ Trata-se do traço fundamental da doutrina de Carnelutti, segundo o qual a jurisdição somente existe quando as situações jurídicas concretamente deduzidas constituem uma lide.⁽³⁾

Ao exercer a jurisdição que lhe é conferida, o magistrado **atribui sentido** ao texto normativo, em um processo que, por se situar no âmbito jurídico, impõe a tarefa de **compreensão**, a qual será atingida por um processo de **interpretação**. Essa correlação entre o Direito, o processo de interpretação, a compreensão do texto normativo e a respectiva atribuição de sentido restou exemplarmente delineada por Lima Vaz, ao fazer referência às lições filosóficas de Dilthey⁽⁴⁾:

"A partir da ideia de uma 'crítica da razão histórica', Dilthey introduziu paradigmas e categorias que se tornaram referências canônicas na filosofia da cultura e na filosofia hermenêutica. Entre essas a distinção entre **explicar** (*Erklären*), procedimento próprio das ciências da **natureza**, e **compreender** (*Verstehen*), que é característico das ciências do **espírito**. [...] O procedimento fundamental da **compreensão** é a **interpretação** (hermenêutica) que passa a caracterizar o estilo filosófico de Dilthey e a inspirar algumas das tendências mais importantes da filosofia do século XX. [...] Dilthey faz do procedimento hermenêutico a operação fundamental na **compreensão** da vida e de suas obras que ele designa, usando em sentido diferente uma expressão hegeliana, **espírito objetivo**, no qual inclui as 'criações da vida comum': ordem social, estilo de vida, direito, arte, linguagem, costumes, religião, filosofia."⁽⁵⁾

Por sua vez, o **processo de interpretação** desenvolve-se em um ambiente em que não somente o ato de **descrição** se revela como essencial, mas também o ato de **constituição** de significados, que determinará os sentidos próprios a serem conferidos ao texto.⁽⁶⁾ Ademais, o processo de interpretação se completa com a constatação de que há significados preexistentes que são levados em consideração pelo intérprete em sua tarefa, os quais impõem um ato de **(re)construção** de sentidos.

Nesses termos, preciso é o ensinamento de Humberto Ávila:

"Todavia, a constatação de que os sentidos são construídos pelo intérprete no processo de interpretação não deve levar à conclusão de que não há significado algum antes do término desse processo de interpretação. [...] Por conseguinte, pode-se afirmar que o intérprete não só constrói, mas **reconstrói** sentido, tendo em vista a existência de significados incorporados ao uso linguístico e construídos na comunidade do discurso. [...] Daí se dizer que **interpretar é construir a partir de algo**, por isso significa **reconstruir**: a uma, porque utiliza como ponto de partida os textos normativos, que oferecem limites à construção de sentidos; a duas, porque manipula a linguagem, à qual são incorporados **núcleos de sentidos**, que são, por assim dizer, constituídos pelo uso, e preexistem ao processo interpretativo individual."⁽⁷⁾

No **plano constitucional**, a interpretação jurídica apresenta contornos particulares, tendo em vista a gênese de seu texto normativo, sem que isso prejudique os critérios gerais de interpretação jurídica para sua devida compreensão.⁽⁸⁾ No período contemporâneo, as Constituições foram consagradas como os documentos fundadores dos Estados de Direito, emergindo muitas vezes de sangrentas revoluções ou de outros eventos históricos que fizeram com que as sociedades buscassem uma organização fundamentalmente distinta da que até então se apresentava,⁽⁹⁾ motivo pelo qual os textos constitucionais se encontram mais impregnados de inspirações políticas, econômicas e sociológicas do que qualquer outro fragmento normativo. No entanto, apesar de forjadas como documentos que sofrem nítida influência do momento histórico no qual elaboradas, as Constituições também possuem uma dinâmica transformadora

própria, como bem destacado por Konrad Hesse em seu texto de maior repercussão.(10)

Dimensionando as possibilidades transformadoras das Constituições, Barroso oferece um relevante conceito para a interpretação constitucional, que é por ele denominado de **construção**, com nítido caráter propositivo, ou seja, voltado para o futuro.(11) Todavia, mencionado conceito não deve ser confundido com o de **(re)construção**, o qual, conforme explicado em momento anterior, parte de experiências passadas para o fim de se concluir determinada atividade interpretativa.

Com o processo de concretização acima detalhado, fundado nos atos de descrição, constituição e (re)construção, bem como no conceito de construção, o texto normativo inserido na Constituição passa a ser dotado de determinado sentido que lhe permite a conversão em **norma constitucional**.(12) de acordo com a precisa lição de Humberto Ávila, segundo o qual normas “não são textos nem o conjunto deles, mas os sentidos construídos a partir da interpretação sistemática de textos normativos. Daí se afirmar que os dispositivos se constituem no objeto da interpretação; e as normas, no seu resultado”.(13)

Entretanto, deve-se destacar que o processo de concretização da norma constitucional, como de qualquer outra, não se sujeita ao livre-arbítrio e ao subjetivismo do intérprete. A atividade interpretativa encontra **limites**, os quais possuem a função de orientar a tarefa do intérprete.

Delineando a problemática que poderia se instaurar caso houvesse a predominância de um modelo decisionista, acurado é o ensinamento de Marcelo Neves(14):

“Para a superação da ambiguidade de disposições normativas, é fundamental a **interpretação** do respectivo **texto**. Para a superação da vagueza e a aplicação normativa a um caso concreto, vai-se além, desenvolvendo-se um amplo processo seletivo de **concretização da norma**. [...] Esse processo levou à compreensão, que já se tornou um lugar comum, de que ‘a própria norma jurídica só é produzida no decurso da solução do caso’, inclusive afirmando-se que o juiz é ‘o único legislador’ e, conseqüentemente, caracterizando-se as atividades legislativa e constituinte como atividades de emissão de texto legal e estabelecimento de texto constitucional. Embora fascinantes essas formulações, parece-me que elas podem levar a equívocos. Se afirmarmos que a produção da norma só ocorre no processo concretizador, persistirá a questão de se os juízes e órgãos competentes para a concretização normativa não estariam subordinados a normas antes de cada solução de caso. Pode-se cair em um realismo decisionista, se esses modelos não forem tratados com os devidos cuidados e, eu diria, com certas restrições.”(15)

Naturalmente, um primeiro limite a ser destacado é o próprio texto que restou consagrado no ordenamento jurídico. Em sua atividade de buscar o sentido normativo do texto, o intérprete não está autorizado a atribuir um significado que não encontre correspondência alguma com a **literalidade** das palavras esculpidas pelo legislador.(16)

Um segundo limite que se impõe ao intérprete se trata da **conexão** entre o sentido que se atribui ao texto e o ordenamento jurídico em que referido texto está inserido. Na lição de Bobbio, baseada na clássica tradição romanística, um ordenamento jurídico não pode apresentar antinomias.(17) Notadamente, a coerência primordial deve ser observada entre o sentido dado ao texto pelo intérprete e as normas constitucionais daquele ordenamento jurídico, em especial aquelas que impõem os fundamentos e os objetivos fundamentais de mencionada ordem.(18)

Também não deve o intérprete orientar sua tarefa em desacordo com os precedentes normativos, os trabalhos preparatórios e a *occasio legis*.⁽¹⁹⁾ Trata-se do limite imposto pelo processo de criação do texto normativo, o que se convencionou chamar de método **histórico** de interpretação jurídica.

Por fim, ressalta-se que os textos devem ser interpretados com o escopo de se alcançar “o fim da norma, o valor ou o bem jurídico visado pelo ordenamento com a edição de dado preceito”.⁽²⁰⁾ Assim, mais do que limitada, a atividade do intérprete deve ser orientada pela **finalidade** consagrada pelo ordenamento jurídico, mais especificamente pelo escopo desejado por suas normas constitucionais fundamentais.

Em suma, os limites a serem observados pelo intérprete residem nos cânones clássicos de interpretação, os quais remetem à clássica lição de Savigny que distinguiu, em 1840, os métodos gramatical, sistemático e histórico, bem como aos estudos de Heck, Geny e Ihering, formuladores teóricos do método teleológico.⁽²¹⁾ Destaca-se, ademais, que, muito embora mencionados cânones tenham sofrido certa rejeição no que tange à sua aplicação no plano constitucional em tempos recentes, contemporaneamente os métodos clássicos têm sido entendidos como de plena incidência para a compreensão dos fenômenos jurídicos constitucionais.⁽²²⁾

Portanto, conclui-se no sentido de que a **norma constitucional** se constitui no **resultado** de um **processo de concretização**, levado a cabo primordialmente pelo Poder Judiciário, o qual é fundado em **atos** de descrição, constituição e (re)construção, bem como em **proposições** transformadoras da Constituição, estando sujeito a **limites** cujos contornos são determinados pelos cânones clássicos de interpretação.

2 Imunidade tributária dos templos de qualquer culto: fundamentos constitucionais e distintas interpretações dadas pelo Supremo Tribunal Federal

2.1 Fundamentos constitucionais da imunidade tributária dos templos de qualquer culto

Com o advento da República, pôs-se fim ao Estado Confessional que, nos termos do art. 5º da Constituição de 1824, prevaleceu durante o Império, instituindo-se um horizonte laico no Brasil.

No plano normativo,⁽²³⁾ aludida separação entre o Estado e a Igreja restou consagrada, em um primeiro momento, pelo Decreto nº 119-A/1890, de autoria de Ruy Barbosa,⁽²⁴⁾ o qual criou condições para que, em sede constitucional, viesse a se impedir o embaraço dos cultos por meio da tributação, nos termos do § 2º do art. 11 da Constituição de 1891. Comando semelhante foi repetido pelas Constituições de 1934 e 1937, de acordo com seus artigos 17, II, e 32, *b*, respectivamente.

A Constituição de 1946 inaugurou a imunidade dos templos de qualquer culto, conforme previa seu art. 31, V, *b*, norma essa que, após ser repetida pela Carta Política de 1967 (art. 20, III, *b*) e pela Emenda nº 01/69 (art. 19, III, *b*), veio a desaguar na imunidade do art. 150, VI, *b*, do texto constitucional em vigor.

Dentre os **fundamentos constitucionais** da imunidade tributária dos templos de qualquer culto, aponta-se, de início, a **liberdade de crença** prevista no art. 5º, VI, da CRFB.⁽²⁵⁾ Coaduna-se aludido preceito com as garantias de livre exercício dos cultos religiosos e de proteção aos locais de culto e às suas liturgias, previstas no mesmo dispositivo, e com a vedação de privação de direitos por motivo de crença religiosa, salvo se a invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, nos

termos da lei (art. 5º, VIII, da CRFB).

Como segundo fundamento, ressalta-se a **laicidade do Estado**, que encontra assento normativo no art. 19, I, da CRFB. De acordo com referida norma, o Estado Laico deve abster-se de estabelecer cultos religiosos e de subvencioná-los, o que caracterizaria uma **indevida confessionalidade ativa** do ente estatal. Por outro lado, entendeu o legislador constituinte que a laicidade também exigiria uma **postura passiva** do Estado, de modo a que esse se abstinhasse de embarçar o funcionamento de doutrinas religiosas,(26) aqui residindo outro fundamento para a imunidade tributária dos templos de qualquer culto.(27) Ao final, o artigo ora em comento também foi expresso ao vedar aos entes da Federação a manutenção de quaisquer relações de dependência ou aliança com cultos e igrejas, salvo em casos excepcionais em que a colaboração de interesse público venha a exigí-las, nos termos de lei específica, desde que aludida legislação não contrarie os fundamentos da Constituição, dentre os quais se impõe a própria laicidade do Estado, sob pena de se decretar a respectiva inconstitucionalidade.

Finalmente, há quem defenda que a expressão “sob a proteção de Deus”, inserida no **preâmbulo** da CRFB, também se revela como fundamento para a imunidade tributária dos templos de qualquer culto. No entanto, não obstante haver entendimentos no sentido de que o preâmbulo seria norma constitucional como as demais (**tese da eficácia idêntica à de quaisquer disposições constitucionais**) ou de que o preâmbulo pode servir como matriz de interpretação, apesar de não se configurar como preceito normativo suscetível a servir de parâmetro (**tese da relevância jurídica específica ou indireta**),(28) tem-se que restou consagrada pelo Supremo Tribunal Federal a **tese da irrelevância jurídica**, segundo a qual o preâmbulo não possui densidade normativa, não se constituindo como norma central,(29) a qual, ademais, possui coerência com os fundamentos antes expostos, uma vez que afastam a invocação de deidades para o fim de se constituir a ordem jurídica brasileira.

Assim, conclui-se que a liberdade de crença e a laicidade do Estado emergem como fundamentos para a instituição da imunidade tributária dos templos de qualquer culto, devendo servir como **matrizes hermenêuticas** a orientar a correta interpretação a ser dada a referido preceito imunizante.(30)

2.2 Estudo específico de decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal

De acordo com o que restou demonstrado no capítulo anterior, a **Constituição de 1946** inaugurou a previsão acerca da imunidade tributária dos templos de qualquer culto, na redação que veio a ser consagrada pelos textos constitucionais posteriores, inclusive pela atual Constituição.

Como não poderia deixar de ser, a **primeira controvérsia** acerca da extensão de referida imunidade tributária foi suscitada à luz do texto de 1946, tendo sido submetida a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, por meio de recurso extraordinário, em decisão que se reputa histórica, tendo em vista haver servido como precedente durante décadas.

Em seu voto, que foi acompanhado de forma unânime pelos Ministros Nélson Hungria, Mário Guimarães, Luiz Gallotti e Barros Barreto, o Min. Ribeiro da Costa pontuou de forma precisa:

“A imunidade estatuída no art. 31, nº 5, letra *b*, da Constituição, em favor da recorrente, é limitada, restrita, sendo vedado à entidade tributante lançar imposto sobre **templos de qualquer culto**. [...] Essa é restrita, inampliável, eximindo da tributação apenas os **templos**.”

E

prosseguiu:

"A sentença recorrida aplicou, sob fiel interpretação, o preceito da Lei Magna, segundo a linha de princípios geralmente aceita, qual seja a de que as imunidades, como as isenções, são de caráter restrito e por isso mesmo expressas [...]."

Ao final, a ementa de referido julgado restou assim lavrada:

"A imunidade estatuída no art. 31, 5, letra *b*, da Constituição é limitada, restrita, sendo vedado à entidade tributante lançar impostos sobre templos de qualquer culto, assim entendidos a igreja, o seu edifício e dependências. Um lote de terreno, isolado, não se pode considerar o solo do edifício do templo."**(31)**

Em 2002, por maioria, vencido o Ministro Relator Ilmar Galvão, bem como os Ministros Ellen Gracie, Carlos Velloso e Sepúlveda Pertence, o Supremo Tribunal Federal consecrou uma interpretação ampliativa da imunidade, valendo-se da utilização da regra do § 4º do art. 150 da CRFB como matriz de interpretação. No mesmo julgado, a Suprema Corte definiu que, ao se estender ao patrimônio, à renda e aos serviços das organizações religiosas, referida regra abrangeria também outros prédios de ditas entidades, ainda que não destinados ao culto, nos termos seguintes:

"Recurso extraordinário. 2. Imunidade tributária de templos de qualquer culto. Vedação de instituição de impostos sobre o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades. Artigo 150, VI, *b* e § 4º, da Constituição. 3. Instituição religiosa. IPTU sobre imóveis de sua propriedade que se encontram alugados. 4. A imunidade prevista no art. 150, VI, *b*, CF, deve abranger não somente os prédios destinados ao culto, mas, também, o patrimônio, a renda e os serviços 'relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas'. 5. O § 4º do dispositivo constitucional serve de vetor interpretativo das alíneas *b* e *c* do inciso VI do art. 150 da Constituição Federal. Equiparação entre as hipóteses das alíneas referidas. 6. Recurso extraordinário provido."**(32)**

Referido entendimento tem influenciado sistematicamente a interpretação dada pelo Supremo Tribunal Federal à imunidade em comento, estendendo-a, conforme recentes julgados,**(33)** a cemitérios e à casa do oficiante.**(34)** Nesse sentido, *vide*:

"RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA. IPTU. ARTIGO 150, VI, *B*, CB/88. CEMITÉRIO. EXTENSÃO DE ENTIDADE DE CUNHO RELIGIOSO. 1. Os cemitérios que consubstanciam extensões de entidades de cunho religioso estão abrangidos pela garantia contemplada no artigo 150 da Constituição do Brasil. Impossibilidade da incidência de IPTU em relação a eles. 2. A imunidade aos tributos de que gozam os templos de qualquer culto é projetada a partir da interpretação da totalidade que o texto da Constituição é, sobretudo do disposto nos artigos 5º, VI, 19, I, e 150, VI, *b*. 3. As áreas da incidência e da imunidade tributária são antípodas. Recurso extraordinário provido."**(35)**

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA. ENTIDADE RELIGIOSA. IMÓVEL DESTINADO À RESIDÊNCIA DE MINISTRO RELIGIOSO. INCIDÊNCIA DO ART. 150, VI, *B*, DA CONSTITUIÇÃO. APLICABILIDADE DAS RAZÕES QUE DERAM ENSEJO À EDIÇÃO DA SÚMULA 724 DESTA CORTE. AGRAVO IMPROVIDO. I – Este tribunal, no julgamento do RE 325.822/SP, relator para o acórdão o Ministro Gilmar Mendes, assentou que a imunidade prevista no art. 150, VI, *b*, da Constituição impede a incidência de IPTU sobre imóveis de propriedade de entidade religiosa mas locados a terceiros, na hipótese em que a renda decorrente dos aluguéis é vertida em prol das atividades essenciais da entidade. II – Se a circunstância de

a entidade religiosa alugar o imóvel de sua propriedade a terceiro, sem qualquer vínculo com ela, não afasta a imunidade mencionada, nada justifica o óbice ao gozo do benefício na hipótese de o bem em questão ser destinado à residência dos seus ministros religiosos. III – Agravo regimental improvido.”(36)

Portanto, percebe-se que a tendência interpretativa consagrada pelo Supremo Tribunal Federal, estendendo-se ao patrimônio, à renda e aos serviços das organizações religiosas uma regra de imunidade restrita pelo legislador constitucional a um determinado patrimônio dessas pessoas jurídicas, promoveu a transfiguração de uma imunidade objetiva em subjetiva, influenciando, por conseguinte, uma nova realidade política, econômica e social afeita às organizações religiosas, o que torna imperativo um resgate da interpretação constitucional antes dominante na Suprema Corte, conforme será visto a seguir.

3 Uma interpretação constitucionalmente adequada da imunidade tributária dos templos de qualquer culto

3.1 Um alerta acerca da interpretação no Direito Tributário

Embora estejam previstas no texto constitucional e encontrem certo ponto de contato com a organização do Estado, na medida em que incidem sobre importante fonte de receita pública, as imunidades tributárias constituem-se como normas de natureza tributária e não como normas constitucionais, essas consideradas em seu sentido material.(37)

No entanto, a natureza tributária das imunidades previstas no texto constitucional em nada altera seu processo de concretização, devidamente detalhado no título I do presente artigo. Isso porque, apesar de pairar entendimento em sentido contrário, a interpretação das normas tributárias deve ser realizada nos mesmos termos das demais normas jurídicas, não se devendo estabelecer cânones particulares de interpretação para referidas normas.

Essa é a conclusão a que chegou Becker:

“O problema jurídico tributário que, no passado, mais apaixonou os estudiosos do Direito Tributário foi o da interpretação das leis tributárias. Por imaginarem que as leis tributárias deveriam ser interpretadas de modo diferente e com método especial, correram rios de tinta, pró e contra o Fisco, inundando bibliotecas e afogando advogados e juízes em um remoinho de teorias e sutilezas muito belas e sonoras, no plano filosófico, político, financeiro e retórico, porém sem densidade jurídica. Modernamente, para a tranquilidade de todos, chegou-se à conclusão, tão verdadeira quanto simples, que as leis tributárias são regras jurídicas com estrutura lógica e atuação dinâmica **idênticas** às das demais regras jurídicas e, portanto, interpretam-se como qualquer outra lei, admitem todos os métodos de interpretação jurídica e não existe qualquer peculiar princípio de interpretação das leis tributárias.”(38)

Portanto, as imunidades tributárias também se sujeitam a um processo de concretização orientado pelos métodos clássicos de interpretação, destacando-se que, para que se delimite adequadamente o objeto de mencionados cânones, impõe-se delinear o atual contexto das organizações religiosas na realidade brasileira.(39)

3.2 Do atual contexto das organizações religiosas

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT),(40) o ano de 2013 encerrou-se com 55.942 organizações religiosas ativas no Brasil, o que corresponde a 18,38% a mais do que o número final do ano anterior (47.258), mas 6,95% a menos do que aquele constatado em 03.09.2014

(59.830). Ou seja, foram registradas 8.684 novas organizações religiosas no ano passado e 3.888 nos primeiros oito meses de 2014. Isso corresponde a uma média de 25 novas organizações religiosas registradas por dia, em todo o país, entre 01.01.2013 e 03.09.2014.

Por sua vez, de acordo com dados amplamente divulgados pela imprensa no início do ano passado(41) e fornecidos pela Receita Federal, com base na Lei de Acesso à Informação, essas organizações religiosas arrecadaram R\$ 20,6 bilhões e R\$ 21,5 bilhões de reais, em 2011 e 2012, respectivamente. Assim, os dados de 2011 seriam quase treze vezes superiores ao orçamento do Ministério da Cultura para o mesmo ano, conforme PLO enviado ao Congresso Nacional à época.(42)

A origem desses valores é diversificada. No que se refere ao ano de 2012, 56,2% seriam provenientes de doações; 15,6%, do dízimo; 13,1%, de venda de bens ou prestação de serviços; 1,4%, de aplicações de renda fixa; 0,2%, de ganhos de renda variável; e o restante, de outros recursos não discriminados.(43)

No entanto, não se pode desconsiderar a alta probabilidade de valores não declarados pelas organizações religiosas à Receita Federal. Isso porque cotidianamente surgem notícias que associam mencionadas organizações a atividades criminosas, como lavagem de dinheiro,(44) evasão de divisas,(45) estelionato,(46) organizações criminosas,(47) dentre outras, dada a facilidade de não se declarar os valores por elas transacionados e, ainda quando declarados, de se atribuir certa origem aos montantes arrecadados.

O crescimento da arrecadação das organizações religiosas é tão impressionante que a própria Receita Federal tem elaborado mecanismos no sentido de se controlar devidamente referidos valores, bem como suas origens e seus destinos. Para tanto, regulamentando o Decreto nº 6.022/2007, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 7.979/2013, o qual criou o Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), a Instrução Normativa RFB nº 1.420/2013 passou a obrigar a Escrituração Contábil Digital para as organizações religiosas, relativamente aos fatos contábeis ocorridos a partir de 01.01.2014, com o intuito de se exigir de maneira mais eficiente e ampla o cumprimento das obrigações acessórias pertinentes às organizações religiosas.

Por outro lado, repercutem diariamente casos de conflitos baseados em intolerância religiosa, em que são alvos principalmente adeptos de religiões de matriz africana(48) e a população LGBT,(49) motivo pelo qual o crescimento de religiões com viés fundamentalista traz também o deletério efeito de crescimento da intransigência com a crença alheia, bem como do obscurantismo, exemplificado pelas propostas de “cura gay”. Referidos embates emergem com maior gravidade, na medida em que se tem intensificado uma promíscua relação entre organizações religiosas e partidos políticos, com o surgimento, inclusive, de bancada própria no Congresso Nacional. Essa interferência indevida na política tem sido denominada de abuso do poder religioso, de acordo com advertência feita, em eleições anteriores, pelo Ministro Ayres Britto.(50)

Portanto, percebe-se que a interpretação no sentido de que a imunidade tributária aos templos de qualquer culto deve ser compreendida em sentido amplo, de modo a abranger a pessoa jurídica das organizações religiosas, encontra estreita consonância com a realidade atual de mencionadas entidades, a qual reflete um crescimento exacerbado, uma sanha arrecadatória sem limites, sem que se possa precisar a origem e a destinação de tais valores, afinando-se inclusive com a prática de atividades criminosas e tendo como indesejável consequência a criação de um caldo de cultura de intolerância religiosa e de abuso do poder religioso em nosso país.

Referido contexto encerra uma realidade em desacordo com os fundamentos e os objetivos constitucionais, bem como com os próprios alicerces da imunidade

tributária dos templos de qualquer culto, de modo que se impõe uma nova interpretação acerca de aludida imunidade, que seja constitucionalmente adequada.

3.3 Da influência do contexto para a interpretação constitucional

Como bem delimitado por Barroso,⁽⁵¹⁾ desconsiderando-se uma ruptura da ordem jurídica que venha a impor todo um novo arcabouço constitucional, há **duas hipóteses legítimas de modificação constitucional**: (1) por meio do poder constituinte derivado, reformando-se o texto vigente; ou (2) mediante a adoção de uma nova interpretação a ser dada ao dispositivo em vigor.

De acordo com a segunda possibilidade acima mencionada, tem-se a **interpretação evolutiva**, que, nos dizeres de Barroso, encontra fundamento na *ratio legis*.

No sentido de conceituar o que se entende por **interpretação evolutiva**, precisa é a lição de Barroso:

“A **interpretação evolutiva** é um processo informal de reforma do texto da Constituição. Consiste ela na atribuição de novos conteúdos à norma constitucional, sem modificação do seu teor literal, em razão de mudanças históricas ou de fatores políticos e sociais que não estavam presentes na mente dos constituintes.”⁽⁵²⁾

Na jurisprudência, há inúmeros exemplos de julgados que foram orientados pela realidade em que decididos, ainda que essa destoasse daquela em que o texto normativo foi elaborado.

Barroso traz dois importantes exemplos da jurisprudência norte-americana.⁽⁵³⁾ No primeiro deles, a Suprema Corte dos EUA superou a doutrina *Lochner*, fundada no julgado *Lochner v. New York*, de 1905, segundo a qual toda e qualquer legislação social e intervencionista seria inconstitucional, para que se possibilitasse o *New Deal*, na década de 30.

O segundo exemplo demonstra que, à luz da mesma redação constitucional conferida pela 13ª Emenda, de 1865, a Suprema Corte dos EUA consagrou, em 1896, uma discriminação oculta entre cidadãos brancos e negros, fundada na doutrina do *equal but separate* (caso *Plessy v. Ferguson*). No entanto, em 1954, no caso *Brown v. Board of Education*, referida Corte decidiu pela inconstitucionalidade da separação entre estudantes negros e os demais em escolas públicas norte-americanas.

No constitucionalismo brasileiro, também merecem destaque dois casos recentemente analisados pelo Supremo Tribunal Federal.

Superando entendimento que havia sido sedimentado no julgamento da ADI 1.232, em 27.08.1998, o Supremo Tribunal Federal decretou, em 18.04.2013, a inconstitucionalidade do § 3º do artigo 20 da Lei 8.742/93, o qual prevê o limite de renda *per capita* de 1/4 do salário mínimo por família como critério objetivo para se aferir a incapacidade de se prover a manutenção de pessoa com deficiência ou idosa, para os fins do benefício assistencial previsto no inciso V do art. 203 da CRFB. Na oportunidade, restou decidido que o valor estipulado na lei se encontra defasado em relação à atual realidade socioeconômica brasileira, visto que houve diversas mudanças posteriores na concessão de benefícios assistenciais, com critérios mais generosos.⁽⁵⁴⁾

“Benefício assistencial de prestação continuada ao idoso e ao deficiente. Art. 203, V, da Constituição. A Lei de Organização da Assistência Social (Loas), ao regulamentar o art. 203, V, da Constituição da República, estabeleceu os critérios

para que o benefício mensal de um salário mínimo seja concedido aos portadores de deficiência e aos idosos que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família. 2. Art. 20, § 3º, da Lei 8.742/1993 e a declaração de constitucionalidade da norma pelo Supremo Tribunal Federal na ADI 1.232. Dispõe o art. 20, § 3º, da Lei 8.742/93 que 'considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa portadora de deficiência ou idosa a família cuja renda mensal *per capita* seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo'. O requisito financeiro estabelecido pela lei teve sua constitucionalidade contestada, ao fundamento de que permitiria que situações de patente miserabilidade social fossem consideradas fora do alcance do benefício assistencial previsto constitucionalmente. Ao apreciar a Ação Direta de Inconstitucionalidade 1.232-1/DF, o Supremo Tribunal Federal declarou a constitucionalidade do art. 20, § 3º, da Loas. 3. Decisões judiciais contrárias aos critérios objetivos preestabelecidos e processo de inconstitucionalização dos critérios definidos pela Lei 8.742/1993. A decisão do Supremo Tribunal Federal, entretanto, não pôs termo à controvérsia quanto à aplicação em concreto do critério da renda familiar *per capita* estabelecido pela Loas. Como a lei permaneceu inalterada, elaboraram-se maneiras de se contornar o critério objetivo e único estipulado pela Loas e de se avaliar o real estado de miserabilidade social das famílias com entes idosos ou deficientes. Paralelamente, foram editadas leis que estabeleceram critérios mais elásticos para a concessão de outros benefícios assistenciais, tais como: a Lei 10.836/2004, que criou o Bolsa Família; a Lei 10.689/2003, que instituiu o Programa Nacional de Acesso à Alimentação; a Lei 10.219/01, que criou o Bolsa Escola; a Lei 9.533/97, que autoriza o Poder Executivo a conceder apoio financeiro a municípios que instituírem programas de garantia de renda mínima associados a ações socioeducativas. O Supremo Tribunal Federal, em decisões monocráticas, passou a rever anteriores posicionamentos acerca da intransponibilidade dos critérios objetivos. Verificou-se a ocorrência do processo de inconstitucionalização decorrente de notórias mudanças fáticas (políticas, econômicas e sociais) e jurídicas (sucessivas modificações legislativas dos patamares econômicos utilizados como critérios de concessão de outros benefícios assistenciais por parte do Estado brasileiro). 4. Declaração de inconstitucionalidade parcial, sem pronúncia de nulidade, do art. 20, § 3º, da Lei 8.742/1993. 5. Recurso extraordinário a que se nega provimento.”(55)

Por sua vez, o segundo exemplo nacional envolve o tema da imunidade tributária, mas relativamente àquela atinente a livros, jornais e periódicos e ao papel usado na respectiva impressão.

Em 06.08.2014, cinco ministros do Supremo Tribunal Federal entenderam pela possibilidade de ampliação de mencionada imunidade, de modo que passe a abranger peças e componentes eletrônicos que sejam utilizados como material didático que venha a acompanhar publicações.

E o fundamento para referido posicionamento encontra-se precisamente na interpretação à luz da realidade atual, nos seguintes termos:

“O relator argumentou que o artigo 150, inciso VI, da Constituição Federal deve ser interpretado de acordo com os avanços tecnológicos ocorridos desde sua promulgação, em 1988. Ressaltou que, desde então, ocorreram diversos avanços no campo da informática, como o aumento da capacidade operacional dos computadores, a criação de novas plataformas, como *tablets*, além do advento da Internet e da ampliação de acesso à informação. Argumentou que, mais do que resolver um problema de ordem jurídica, trata-se de enfrentar desafios impostos pela modernidade. Em seu entendimento, o Direito, a Constituição e o STF não podem ficar avessos às transformações, sob pena de se tornarem obsoletos. Marco Aurélio afirmou ainda que, na medida do possível, o Supremo deve ser intérprete contemporâneo das normas. ‘Constituinte originário não poderia antever tamanho avanço tecnológico’. O ministro observou que as regras de imunidade devem ser vistas como

elementos de sistema harmônico e integrado de normas e propósitos constitucionais e devem ser interpretadas em função do papel que cumprem. Segundo ele, a interpretação de cada imunidade não pode ser estrita a ponto de inviabilizar que o objetivo protecionista seja atingido, nem tão ampla de modo a promover privilégios odiosos e desmedidos em detrimento de outros bens e valores."(56)

A parte final da citação acima colacionada serve de farol para que seja repensada a imunidade tributária dos templos de qualquer culto, tanto à luz dos fundamentos e dos objetivos constitucionais quanto sob a realidade atual de aludidas entidades.(57)

No entanto, um alerta revela-se importante. A premência por uma mudança hermenêutica com base na realidade não pode obnubilar a tarefa do intérprete jurídico, notadamente do Poder Judiciário, que, ainda que impregnado das transformações ocorridas na sociedade em que inserido, deve sempre cumpri-la de acordo com cânones jurídicos,(58) jornada essa que o presente artigo completa adiante.

3.4 Fundamentos e métodos para uma interpretação constitucionalmente adequada da imunidade tributária dos templos de qualquer culto

De acordo com o que restou assinalado, a atual interpretação dada à imunidade tributária dos templos de qualquer culto não tem assegurado a plena consecução dos **próprios fundamentos** sobre os quais restou edificada mencionada imunidade, uma vez que o panorama contemporâneo das organizações religiosas não tem permitido um ambiente sadio para a liberdade de crença e a laicidade do Estado.

Ademais, ficou igualmente demonstrado que referida interpretação tem proporcionado um cenário de violação de **fundamentos e objetivos constitucionais**, notadamente daqueles previstos no Título I da CRFB. Isso porque o contexto atual das organizações religiosas, em que prevalece um crescimento exacerbado, um furor pela arrecadação de seus fiéis, prescindindo-se de informações quanto à origem e à destinação desses valores, em sintonia com a prática de ilícitos penais, gerando um triste horizonte de intolerância religiosa e de abuso do poder religioso no seio da sociedade brasileira, contrapõe-se diametralmente com os fundamentos de **cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e pluralismo político** (art. 1º, II, III e V, da CRFB), que alicerçam o texto constitucional. Além disso, mencionado contexto também destoa dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, notadamente daqueles que postulam a construção de uma **sociedade livre, justa e solidária** e a promoção do **bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação** (art. 3º, I e IV, da CRFB).

Assim, à luz do ordenamento jurídico em vigor, que é sustentado pelo texto constitucional de 1988, bem como do caldo de cultura em que a sociedade brasileira de 2014 se encontra inserida, impõe-se uma nova interpretação acerca da imunidade tributária dos templos de qualquer culto,(59) compatibilizando-se a realidade das organizações religiosas com a Constituição, a qual não se furta ao exame nos termos dos outrora mencionados cânones clássicos de interpretação jurídica.

No que tange à **interpretação literal**, o texto constitucional é muito claro: a alínea *b* do inciso VI do art. 150 refere-se somente a templos, não a pessoas jurídicas. Nesse sentido, clara é a doutrina de Sacha Calmon:

"Templo, do latim *templum*, é o lugar destinado ao culto. Em Roma, era lugar aberto, descoberto e elevado, consagrado pelos áugures, sacerdotes da adivinhação, a perscrutar a vontade dos deuses nessa tentativa de todas as

religiões de religar o homem e sua finitude ao absoluto, a Deus. Hoje, os templos de todas as religiões são, comumente, edifícios. Nada impede, porém, como lembrado por Baleeiro, que o templo ande sobre barcos, caminhões e vagonetes, ou seja, em terreno não edificado.”(60)

A rigor, a interpretação ampla a que chegou o Supremo Tribunal Federal encontraria sede exatamente em uma suposta incoerência do texto constitucional, que se valeu do vocábulo entidades no § 4º do art. 150 da CRFB.(61)

Porém, ao se referir a entidades em aludido dispositivo, a Constituição indica tanto as pessoas jurídicas previstas na alínea c do inciso VI do art. 150 quanto as entidades que possuem templos de qualquer culto. Se a imunidade atinge os templos, e tão somente os templos, como claramente prevê o texto constitucional, e o legislador constituinte ainda pretendeu limitá-la às hipóteses em que referidos templos estejam a ser utilizados de modo a atingir as finalidades específicas das entidades que os detêm, em conjunto com uma limitação finalística de imunidade que atinge as pessoas jurídicas previstas na alínea c, nada mais certo que tenha sido feita menção a pessoas jurídicas no § 4º do art. 150 da CRFB. Isso porque somente o vocábulo entidades teria o condão de abranger as hipóteses das alíneas b e c, não se podendo deduzir daí uma ampliação indevida da imunidade constitucional conferida aos templos de qualquer culto, inclusive pelo fato de haver notório descompasso com os métodos que serão vistos a seguir.

Por sua vez, a **interpretação sistemática** também exige que se restrinja a imunidade tributária somente para os templos, uma vez que, conforme detalhado acima, a atual interpretação tem fomentado um horizonte de descompasso entre referida imunidade ampla e determinados fundamentos e objetivos constitucionais, previstos nos incisos II, III e V do art. 1º e I e V do art. 3º.

Tendo em vista que referido embate se apresenta no plano constitucional, a presente interpretação sistemática reclamada também rende suas homenagens ao princípio da unidade da Constituição, pois, nos dizeres de Virgílio Afonso da Silva, o “chamado princípio da unidade da constituição é, ao contrário, uma **reafirmação** de um dos cânones clássicos de interpretação e a **confirmação** de que ele também vale no âmbito constitucional”.(62) No mesmo sentido, Canotilho afirma que

“[...] o princípio da unidade obriga o intérprete a considerar a constituição na sua globalidade e a procurar harmonizar os espaços de tensão existentes entre as normas constitucionais a concretizar [...]. Daí que o intérprete deva sempre considerar as normas constitucionais não como normas isoladas e dispersas, mas sim como preceitos integrados em um sistema interno unitário de normas e princípios.”(63)

Por fim, a imunidade tributária dos templos de qualquer culto não escapa de exame quanto à sua **teleologia**. Segundo Humberto Ávila, “a causa justificativa da imunidade é facilitar, por meio da exclusão de encargos tributários, a consecução de finalidades que devem ser atingidas pelo próprio Estado”.(64) Porém, nos termos do que restou verificado acima, o fato de ter sido conferida uma amplitude excessiva à mencionada imunidade acabou por gerar um efeito contrário, em que se tem verificado um enorme crescimento de organizações pias, com a consequência de uma maior clivagem religiosa, a repercutir negativamente em face de dois imprescindíveis objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, que se encontram previstos nos incisos I e IV da CRFB.

A guisa de complementação, uma interpretação constitucional que restringe a imunidade tributária em evidência somente aos templos de qualquer culto naturalmente traz como efeito a decretação da **inconstitucionalidade** do art. 15

do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Santa Sé relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil, que foi aprovado pelo Congresso Nacional, nos termos do Decreto Legislativo nº 698/09, e promulgado pelo Decreto nº 7.107/10, da Presidência da República, uma vez que referido dispositivo prevê a imunidade tributária às pessoas jurídicas eclesásticas, não somente aos templos, violando-se o princípio da isonomia, por conferir indesejado tratamento privilegiado a uma religião, além dos fundamentos e objetivos constitucionais amplamente mencionados no presente texto.

Conclusão

Portanto, conclui-se no sentido de que a interpretação constitucionalmente adequada a ser dada à imunidade tributária dos templos de qualquer culto consiste em considerá-la uma imunidade de natureza objetiva, a afastar a incidência da norma tributária somente sobre prédios, edifícios ou outras construções comprovadamente destinados aos cultos religiosos. A interpretação atualmente consagrada no seio do Supremo Tribunal Federal encontra-se em desacordo com determinados fundamentos e objetivos constitucionais, inclusive com aqueles que autorizam a própria existência de referida imunidade, tendo permitido um contexto das organizações religiosas igualmente desarmônico com os princípios fundamentais da Constituição.

Referências bibliográficas

AMORIM, Diego; VIEIRA, Maria; MANSUR, Carolina. Cristãos movimentam R\$ 21,5 bilhões no Brasil. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 26 jan. 2014. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2014/01/26/internas_economia,491768/cristaos-movimentam-r-21-5-bilhoes-no-brasil.shtml>. Acesso em: 06 out. 2014.

ASCENSÃO, José de Oliveira. **O Direito: introdução e teoria geral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

ÁVILA, Humberto. **Sistema constitucional tributário**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

_____. **Teoria dos princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos**. 7. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

BALEEIRO, Aliomar. **Direito tributário brasileiro**. 11. ed. atual. por Misabel Abreu Machado Derzi. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

BARROSO, Luís Roberto. **Interpretação e aplicação da Constituição: fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BECKER, Alfredo Augusto. **Teoria geral do Direito Tributário**. 4. ed. São Paulo: Noeses, 2007.

BRASIL. Governo Federal. Orçamento do Ministério da Cultura cresce 20% em 2011. **Portal Brasil**, 06 jan. 2011. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cultura/2011/01/orcamento-do-ministerio-da-cultura-cresce-20-em-2011>>. Acesso em: 06 out. 2014.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. **Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: ano de 2012**. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/pdf/relatorio-violencia-homofobica-ano-2012>>. Acesso em: 06 out. 2014.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. **Um panorama dos 10 anos da diversidade religiosa no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.** Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/direito-para-todos/excel/um-panorama-da-diversidade-religiosa>>. Acesso em: 06 out. 2014.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição.** 7. ed. Coimbra: Almedina, 2003.

CARRAZZA, Roque Antonio. **Curso de Direito Constitucional Tributário.** 19. ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

CINCO ministros votam pela ampliação da imunidade tributária de material didático. **Revista Consultor Jurídico**, São Paulo, 06 ago. 2014. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2014-ago-06/cinco-ministros-ampliam-imunidade-tributaria-material-didatico>>. Acesso em: 06 out. 2014.

COÊLHO, Sacha Calmon Navarro. **Curso de Direito Tributário brasileiro.** 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

CORDEIRO, Auracyr. Justiça Eleitoral deve coibir abuso do poder religioso. **Revista Consultor Jurídico**, São Paulo, 12 jun. 2014. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2014-jun-12/auracyr-cordeiro-justica-eleitoral-coibir-abuso-poder-religioso>>. Acesso em: 06 out. 2014.

COSTA, Regina Helena. **Imunidades tributárias: teoria e análise da jurisprudência do STF.** 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

DIDIER JÚNIOR, Fredie. **Curso de Direito Processual Civil: teoria geral do processo e processo de conhecimento.** 9. ed. Salvador: JusPodivm, 2008.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de Direito Processual Civil.** 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2004. v. I.

FELIZ, Claudia. Maranata: 19 denunciados por estelionato, formação de quadrilha e duplicata simulada. **A Gazeta**, Vitória, 13 maio 2013. Disponível em: <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2013/05/noticias/cidades/1439787-maranata-19-denunciados-por-estelionato-formacao-de-quadrilha-e-duplicata-simulada.html>. Acesso em: 06 out. 2014.

FOREQUE, Flávia. Igrejas arrecadam R\$ 20 bilhões no Brasil em um ano. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 jan. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/90806-igrejas-arrecadam-r-20-bilhoes-no-brasil-em-um-ano.shtml>>. Acesso em: 06 out. 2014.

HERDY, Thiago; CARVALHO, Cleide. Esquema de doleiro mantém ONG religiosa de fachada em SP. **O Globo**, Rio de Janeiro, 20 abr. 2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/esquema-de-doleiro-mantem-ong-religiosa-de-fachada-em-sp-12248313>>. Acesso em: 06 out. 2014.

IGREJA não deve atuar como partido, diz Britto. **Revista Consultor Jurídico**, São Paulo, 25 mar. 2014. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2009-mar-02/igreja-nao-atuar-partido-politico-carlos-britto>>. Acesso em: 06 out. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE PLANEJAMENTO E TRIBUTAÇÃO – IBPT. **Empresas ativas por natureza jurídica.** Disponível em: <<http://www.empresometro.com.br/Site/Estatisticas>>. Acesso em: 06 out. 2014.

IRMANDADE de igrejas é usada para lavagem de dinheiro. **Revista Consultor Jurídico**, São Paulo, 12 jun. 2014. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2014-mar-25/imunidade-tributaria-igrejas-utilizada-lavagem-dinheiro>>. Acesso em: 06 out. 2014.

LIMA VAZ, Henrique Cláudio de. **Escritos de Filosofia IV**: introdução à Ética Filosófica 1. São Paulo: Loyola, 1999.

MACHADO, Hugo de Brito. **Comentários ao Código Tributário Nacional**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MIRANDA, Jorge. **Teoria do Estado e da Constituição**. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

NEVES, Marcelo. **Entre Hidra e Hércules**: princípios e regras constitucionais como diferença paradoxal do sistema jurídico. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

NOJIRI, Sérgio. **A interpretação judicial do Direito**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

PAULSEN, Leandro. **Direito Tributário**: Constituição e Código Tributário à luz da doutrina e da jurisprudência. 16. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado; Esmafe, 2014.

REALE, Miguel. **Filosofia do Direito**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. Traduzido por Iracema Gomes Soares e Maria Cristina Roveri Nagle. Brasília: Universidade de Brasília, 1985.

SCHNAID, David. **Filosofia do Direito e interpretação**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

SELIGMAN, Felipe. Ação contra fundadores da Igreja Renascer é arquivada. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 jun. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/48684-acao-contra-fundadores-da-igreja-renascer-e-arquivada.shtml>>. Acesso em: 06 out. 2014.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional positivo**. 32 ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

SILVA, Virgílio Afonso da (org.). **Interpretação constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2005.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**. 50. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009. v. 1.

Notas

1. Para um conceito de jurisdição, *vide*: MIRANDA, Jorge. **Teoria do Estado e da Constituição**. Rio de Janeiro: Forense, 2002. p. 251; THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**. 50. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009. v. 1. p. 157; DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de Direito Processual Civil**. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2004. v. I. p. 348; DIDIER JÚNIOR, Fredie. **Curso de Direito Processual Civil**: teoria geral do processo e processo de conhecimento. 9. ed. Salvador: JusPodivm, 2008. p. 65.

2. “[...] e que um país onde ninguém burlasse as leis nem abusasse da magistratura não teria necessidade nem de magistrados, nem de leis”.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. Traduzido por Iracema Gomes Soares e Maria Cristina Roveri Nagle. Brasília: Universidade de Brasília, 1985. p. 111.

3. "Para que haja, outrossim, a lide ou o litígio, é necessário que ocorra 'um conflito de interesses qualificado por uma **pretensão resistida**', conforme a clássica lição de Carnelutti". THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**. 50. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009. v. 1. p. 32.

4. Na esteira de Schleiermacher, que foi o precursor da hermenêutica moderna, Dilthey influenciou decisivamente três filósofos que viriam a estabelecer novos conceitos hermenêuticos no século XX: Heidegger, Gadamer e Paul Ricoeur. Nesse sentido, *vide*: LIMA VAZ, Henrique Cláudio de. **Escritos de Filosofia IV: introdução à Ética Filosófica 1**. São Paulo: Loyola, 1999. p. 426-9.

5. LIMA VAZ, Henrique Cláudio de. **Escritos de Filosofia IV: introdução à Ética Filosófica 1**. São Paulo: Loyola, 1999. p. 426.

6. Com base em lições de Eros Grau e Paulo de Barros Carvalho, Humberto Ávila bem pontua a tarefa de constituição de significados, por ele conceituada como ato de decisão, a qual se revela imprescindível para o processo de interpretação: "Sendo assim, a interpretação não se caracteriza como um ato de descrição de um significado previamente dado, mas como um ato de decisão que **constitui** a significação e os sentidos de um texto. [...] Essas considerações levam ao entendimento de que a atividade do intérprete – quer julgador, quer cientista – não consiste em meramente descrever o significado previamente existente dos dispositivos. Em razão disso, também não é plausível aceitar a ideia de que a aplicação do Direito envolve uma atividade de subsunção entre conceitos prontos antes mesmo do processo de aplicação". ÁVILA, Humberto. **Teoria dos princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos**. 7. ed. São Paulo: Malheiros, 2007. p. 31-2. No mesmo sentido, *vide*: "Dessa forma, é possível verificar que, ao interpretar e aplicar a norma geral e abstrata ao caso individual e concreto, o juiz não apenas **declara** o conteúdo já expresso (e talvez oculto) anteriormente na lei, mas **atribui-lhe um significado** ao interpretar. Não se trata de atividade meramente **declaratória**, mas **constitutiva**. [...] **A interpretação jurídica consiste na atribuição de significado(s) a signo(s) linguístico(s) expresso(s) em texto(s) normativo(s)**. Portanto, não se trata de descobrir o **verdadeiro** significado da prescrição legal, como querem alguns. Não há uma **verdade** por trás da norma, mas signos linguísticos que podem expressar **possíveis** significações, que de seu turno resultam de um trabalho hermenêutico desenvolvido por **sujeitos** da interpretação. Interpretar é, pois, **construção** de sentidos, e não apenas e tão somente **reprodução** de sentidos". NOJIRI, Sérgio. **A interpretação judicial do Direito**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005. p. 137-40.

7. ÁVILA, Humberto. **Teoria dos princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos**. 7. ed. São Paulo: Malheiros, 2007. p. 32-4.

8. "A interpretação constitucional serve-se de alguns princípios próprios e apresenta especificidades e complexidades que lhe são inerentes. Mas isso não a retira do âmbito da interpretação geral do direito, de cuja natureza e características partilha. Nem poderia ser diferente, à vista do princípio da unidade da ordem jurídica e do consequente caráter único de sua interpretação. Ademais, existe uma conexão inafastável entre a interpretação constitucional e a interpretação das leis, de vez que a jurisdição constitucional se realiza, em grande parte, pela verificação da compatibilidade entre a lei ordinária e as normas da Constituição". BARROSO, Luís Roberto. **Interpretação e aplicação da Constituição: fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 108-9.

9. "Não é, com efeito, todos os dias que uma comunidade política adota um

novo sistema constitucional, fixa um sentido para a acção do seu poder, assume um novo destino; é apenas em tempos de 'viragem histórica', em épocas de crise, em ocasiões privilegiadas irrepetíveis em que é possível ou imperativo escolher". MIRANDA, Jorge. **Teoria do Estado e da Constituição**. Rio de Janeiro: Forense, 2002. p. 358.

10. CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional e teoria da Constituição**. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2003. p. 1.226; BARROSO, Luís Roberto. **Interpretação e aplicação da Constituição**: fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 256.

11. "A interpretação constitucional exige, ainda, a especificação do um outro conceito relevante, que é o de **construção**. Por sua natureza, uma Constituição contém predominantemente normas de princípio ou esquema, com grande carácter de abstração. Destina-se a Lei Maior a alcançar situações que não foram expressamente contempladas ou detalhadas no texto. Enquanto a interpretação, ensina Cooley, é a arte de encontrar o verdadeiro sentido de qualquer expressão, a construção significa tirar conclusões a respeito de matérias que estão fora e além das expressões contidas no texto e dos fatores nele considerados. São conclusões que se colhem no espírito, embora não na letra da norma. A interpretação é limitada à exploração do texto, ao passo que a construção vai além e pode recorrer a considerações extrínsecas". BARROSO, Luís Roberto. **Interpretação e aplicação da Constituição**: fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 107-8.

12. Não se pode deixar de mencionar a feliz distinção observada por Barroso, quanto à natureza das normas constitucionais, identificando-se, entre essas, as hipóteses de normas de conduta, normas de organização e normas programáticas. Vide: BARROSO, Luís Roberto. **Interpretação e aplicação da Constituição**: fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 112-3.

13. ÁVILA, Humberto. **Teoria dos princípios**: da definição à aplicação dos princípios jurídicos. 7. ed. São Paulo: Malheiros, 2007. p. 30.

14. A noção de juiz como "único legislador" exposta por Marcelo Neves possui base em formulações de Müller, Christensen e Eros Grau. Para tanto, *vide*: NEVES, Marcelo. **Entre Hidra e Hércules**: princípios e regras constitucionais como diferença paradoxal do sistema jurídico. São Paulo: Martins Fontes, 2013. p. 7-9. Por sua vez, Humberto Ávila compartilha a compreensão segundo a qual o juiz e o cientista do Direito seriam os principais artífices da interpretação jurídica, cada qual atribuindo significados aos textos normativos no desempenho de sua atividade específica. Ressalto, em entendimento próprio, que essas distintas fontes de atribuição de significados possuem interconexões, influenciando-se reciprocamente e favorecendo um ideal de intercâmbio de informações, o qual possui carácter enriquecedor em qualquer ciência. Nesse sentido, destaca-se o seguinte trecho: "A conclusão trivial é a de que o Poder Judiciário e a Ciência do Direito constroem significados, mas enfrentam limites cuja desconsideração cria um descompasso entre a previsão constitucional e o direito constitucional concretizado". ÁVILA, Humberto. **Teoria dos princípios**: da definição à aplicação dos princípios jurídicos. 7. ed. São Paulo: Malheiros, 2007. p. 34.

15. NEVES, Marcelo. **Entre Hidra e Hércules**: princípios e regras constitucionais como diferença paradoxal do sistema jurídico. São Paulo: Martins Fontes, 2013. p. 7-9.

16. "A letra não é só o ponto de partida, é também um elemento irremovível de toda a interpretação. Quer isso dizer que o texto funciona também como limite da busca do espírito". ASCENSÃO, José de Oliveira. **O Direito**: introdução e

teoria geral. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001. p. 409.

17. BOBBIO, Norberto. **Teoria do ordenamento jurídico**. Traduzido por Maria Celeste C. J. Santos. 10. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1999. p. 81.

18. "O intérprete vai procurar a norma solucionadora do conflito dentro da ordem jurídica, pois só dentro dela os jurisdicionados encontram a segurança indispensável à sua vida de relação. Essa limitação é, ao mesmo tempo, uma garantia contra o subjetivismo e o ideologismo do intérprete. Como diz Zipelius, o juiz vai buscar suas valorações no *ethos* jurídico dominante na comunidade, e a expressão mais objetiva desse *ethos* ele encontra nos artigos da Constituição". SCHNAID, David. **Filosofia do Direito e interpretação**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004. p. 285-6.

19. ASCENSÃO, José de Oliveira. **O Direito**: introdução e teoria geral. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001. p. 426-8.

20. BARROSO, Luís Roberto. **Interpretação e aplicação da Constituição**: fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 112-3.

21. BARROSO, Luís Roberto. **Interpretação e aplicação da Constituição**: fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 128-46.

22. Por todos, *vide*: SILVA, Virgílio Afonso da. Interpretação constitucional e sincretismo metodológico. In: _____ (org.). **Interpretação constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2005. p. 115-43.

23. COSTA, Regina Helena. **Imunidades tributárias**: teoria e análise da jurisprudência do STF. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2006. p. 156.

24. SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 32. ed. São Paulo: Malheiros, 2009. p. 251.

25. Segundo José Afonso da Silva, a liberdade de crença abrange "a **liberdade de escolha** da religião, a **liberdade de aderir** a qualquer seita religiosa, a **liberdade** (ou o **direito**) de **mudar de religião**, mas também compreende a **liberdade de não aderir a religião alguma**, assim como a **liberdade de descrença**, a **liberdade de ser ateu** e de exprimir o agnosticismo". SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 32. ed. São Paulo: Malheiros, 2009. p. 249. Ademais, José Afonso da Silva ensina que a liberdade de crença se constitui como um dos pilares da liberdade religiosa, a qual abrange também as liberdades de culto e de organização religiosa. *Vide*: SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional positivo**. 32. ed. São Paulo: Malheiros, 2009. p. 248.

26. Segundo Pontes de Miranda, "**estabelecer** cultos religiosos está em sentido amplo: criar religiões ou seitas, ou fazer igrejas ou quaisquer postos de prática religiosa, ou propaganda. **Subvencionar cultos religiosos** está no sentido de concorrer, com dinheiro ou outros bens da entidade estatal, para que se exerça a atividade religiosa. **Embaraçar o exercício** dos cultos religiosos significa vedar, ou dificultar, limitar ou restringir a prática, psíquica ou material, de atos religiosos ou manifestações de pensamento religioso". PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. Comentários à Constituição de 1967 com a Emenda nº 1 de 1969. Tomo II. p. 185 apud SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional positivo**. 32. ed. São Paulo: Malheiros. 2009. p. 251-2.

27. MACHADO, Hugo de Brito. **Comentários ao Código Tributário Nacional**. 2.

ed. São Paulo: Atlas, 2007. p. 193.

28. MIRANDA, Jorge. **Teoria do Estado e da Constituição**. Rio de Janeiro: Forense, 2002. p. 437.

29. "Preâmbulo da Constituição: não constitui norma central. Invocação da proteção de Deus: não se trata de norma de reprodução obrigatória na Constituição estadual, não tendo força normativa" (STF, Pleno, ADI 2.076, Rel. Min. Carlos Velloso, j. 15.08.2002, DJ 08.08.2003). Todavia, há doutrina que atribui efeitos normativos ao preâmbulo, na medida em que proíbe que a imunidade tributária dos templos de qualquer culto venha a favorecer doutrinas religiosas de orientação demoníaca. Por todos, *vide*: SARAIVA FILHO, Oswaldo Othon de Pontes. A imunidade das instituições religiosas. RFDT 27/21, maio/jun. 2007 apud PAULSEN, Leandro. **Direito Tributário: Constituição e Código Tributário à luz da doutrina e da jurisprudência**. 16. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado; Esmafe, 2014. p. 249.

30. "A imunidade aos tributos de que gozam os templos de qualquer culto é projetada a partir da interpretação da totalidade que o texto da Constituição é, sobretudo do disposto nos arts. 5º, VI; 19, I; e 150, VI, b" (STF, Pleno, RE 578.562, Rel. Min. Eros Grau, j. 21.05.2008, DJE 12.09.2008).

31. STF, Segunda Turma, RE 21.826, Rel. Min. Ribeiro da Costa, j. 02.07.1953, DJ 31.12.1953.

32. STF, Pleno, RE 325.822/SP, Rel. Min. Ilmar Galvão, Rel. p/ acórdão Min. Gilmar Mendes, j. 18.12.2002, DJ 14.05.2004.

33. Menos relevante à questão da extensão da imunidade tributária dos templos de qualquer culto quanto ao patrimônio, à renda e aos serviços das entidades religiosas, mas interessante quanto à abrangência do conceito de organizações religiosas passíveis de reconhecimento para fins de imunidade, destaca-se o seguinte julgado do Supremo Tribunal Federal, em que não se entendeu pelo gozo de mencionada regra imunizante à maçonaria: "CONSTITUCIONAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA. ART. 150, VI, C, DA CARTA FEDERAL. NECESSIDADE DE REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 279 DO STF. ART. 150, VI, B, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. ABRANGÊNCIA DO TERMO 'TEMPLOS DE QUALQUER CULTO'. MAÇONARIA. NÃO CONFIGURAÇÃO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO CONHECIDO EM PARTE E, NO QUE CONHECIDO, DESPROVIDO. I – O reconhecimento da imunidade tributária prevista no art. 150, VI, c, da Constituição Federal exige o cumprimento dos requisitos estabelecidos em lei. II – Assim, para se chegar-se à conclusão se o recorrente atende aos requisitos da lei para fazer jus à imunidade prevista nesse dispositivo, necessário seria o reexame do conjunto fático-probatório constante dos autos. Incide, na espécie, o teor da Súmula 279 do STF. Precedentes. III – A imunidade tributária conferida pelo art. 150, VI, b, é restrita aos templos de qualquer culto religioso, não se aplicando à maçonaria, em cujas lojas não se professa qualquer religião. IV – Recurso extraordinário parcialmente conhecido, e desprovido na parte conhecida" (STF, Primeira Turma, RE 562.351, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, j. 04.09.2012, DJe 13.12.2012).

34. Quanto a esse tema, cumpre-se trazer a lume categórica lição de Sacha Calmon: "E a casa do padre? Esta também não goza de imunidade. Não é templo, é moradia (embora de um sacerdote, que nem por isso deixa de ser um cidadão, com os direitos e os deveres comuns à cidadania). O escopo é imunizar o templo, e não o babalorixá, o padre, o rabino, o ministro protestante em seus haveres. Não seria o caso, por exemplo, de o Município de Diamantina, em Minas Gerais, reconhecer a imunidade às fazendas e às casas do bispo D. Sigaud, homem sabidamente rico. Imune é o templo, não a ordem religiosa". COELHO, Sacha Calmon Navarro. **Curso de Direito Tributário brasileiro**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004. p. 300. Em sentido contrário: CARRAZZA, Roque

Antonio. **Curso de Direito Constitucional Tributário**. 19. ed. São Paulo: Malheiros, 2003. p. 665.

35. STF, Pleno, RE 578.562, Rel. Min. Eros Grau, j. 21.05.2008, DJe 11.09.2008.

36. STF, Segunda Turma, ARE 694.453 AgR, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, j. 25.06.2013, DJe 09.08.2013.

37. Para a distinção entre normas constitucionais materiais e formais, *vide*: SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional positivo**. 32. ed. São Paulo: Malheiros, 2009. p. 40-1.

38. BECKER, Alfredo Augusto. **Teoria geral do Direito Tributário**. 4. ed. São Paulo: Noeses, 2007. p. 117.

39. Isso porque, conforme também destacado por Becker, com sua linguagem peculiar, a aplicação das leis não prescinde da realidade em que inseridas: "A lei considerada em si mesma, como um ser isolado, não existe como regra jurídica. Isolada em si mesma, a lei existe apenas como fórmula literal legislativa **sem conteúdo jurídico** ou como simples fenômeno histórico. A lei não é um pássaro que o legislador solta abrindo as portas do Congresso. A lei tributária não é um falcão real que do punho do Executivo alça voo para ir à caça do 'fato gerador'. A regra jurídica contida na lei (fórmula literal legislativa) é a **resultante** lógica de um complexo de **ações e reações** que se processam no sistema jurídico onde foi promulgada. A lei age sobre as demais leis do sistema; estas, por sua vez, reagem: a **resultante** lógica é a verdadeira regra jurídica da lei que provocou o impacto inicial". BECKER, Alfredo Augusto. **Teoria geral do Direito Tributário**. 4. ed. São Paulo: Noeses, 2007. p. 121-2.

40. INSTITUTO BRASILEIRO DE PLANEJAMENTO E TRIBUTAÇÃO – IBPT. **Empresas ativas por natureza jurídica**. Disponível em: <<http://www.empresometro.com.br/Site/Estatisticas>>. Acesso em: 06 out. 2014.

41. AMORIM, Diego; VIEIRA, Marta; MANSUR, Carolina. Cristãos movimentam R\$ 21,5 bilhões no Brasil. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 26 jan. 2014. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2014/01/26/internas_economia,491768/cristaos-movimentam-r-21-5-bilhoes-no-brasil.shtml>. Acesso em: 06 out. 2014. FOREQUE, Flávia. Igrejas arrecadam R\$ 20 bilhões no Brasil em um ano. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 jan. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/90806-igrejas-arrecadam-r-20-bilhoes-no-brasil-em-um-ano.shtml>>. Acesso em: 06 out. 2014.

42. BRASIL. Governo Federal. Orçamento do Ministério da Cultura cresce 20% em 2011. **Portal Brasil**, 06 jan. 2011. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cultura/2011/01/orcamento-do-ministerio-da-cultura-cresce-20-em-2011>>. Acesso em: 06 out. 2014.

43. AMORIM, Diego; VIEIRA, Marta; MANSUR, Carolina. Cristãos movimentam R\$ 21,5 bilhões no Brasil. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 26 jan. 2014. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2014/01/26/internas_economia,491768/cristaos-movimentam-r-21-5-bilhoes-no-brasil.shtml>. Acesso em 06.out.2014.

44. IMUNIDADE de igrejas é usada para lavagem de dinheiro. **Revista Consultor Jurídico**, São Paulo, 02 mar. 2009. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2014-mar-25/imunidade-tributaria-igrejas-utilizada>>

lavagem-dinheiro>. Acesso em 06.out..2014.

45. HERDY, Thiago; CARVALHO, Cleide. Esquema de doleiro mantém ONG religiosa de fachada em SP. **O Globo**, Rio de Janeiro, 20 abr.2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/esquema-de-doleiro-mantem-ong-religiosa-de-fachada-em-sp-12248313>>. Acesso em 06.out..2014.

46. FELIZ, Claudia. Maranata: 19 denunciados por estelionato, formação de quadrilha e duplicata simulada. **A Gazeta**, Vitória, 13 mai. 2013 Disponível em: <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2013/05/noticias/cidades/1439787-maranata-19-denunciados-por-estelionato-formacao-de-quadrilha-e-duplicata-simulada.html>. Acesso em 06.out. 2014.

47.SELIGMAN, Felipe. Ação contra fundadores da Igreja Renascer é arquivada. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 jun. 2012 Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/48684-acao-contra-fundadores-da-igreja-renascer-e-arquivada.shtml>>. Acesso em 06.out..2014.

48. BRASIL Secretaria De Direitos Humanos. **Um panorama dos 10 anos da Diversidade Religiosa no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.** Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/direito-para-todos/excel/um-panorama-da-diversidade-religiosa>>. Acesso em 06.10.2014.

49. BRASIL Secretaria De Direitos Humanos. **Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: ano de 2012.** Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/pdf/relatorio-violencia-homofobica-ano-2012>>. Acesso em 06.out..2014.

50. Nas palavras do Ministro Ayres Britto, "A inspiração da filiação partidária não pode ser o dogma e a fé, porque eliminam o senso crítico das pessoas. Aí não estariam se filiando voluntariamente. A voluntariedade fica em xeque se a formação partidária for claramente confessional. [...] Há uma linha tênue entre o lícito e o ilícito, a velha dicotomia entre o discurso e a prática. Não há só o abuso do poder econômico ou político, há também o abuso do poder religioso, o autoritarismo que vicia a vontade do filiado". Igreja não deve atuar como partido, diz Britto. **Revista Consultor Jurídico**, São Paulo, 02 mar. 2009. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2009-mar-02/igreja-nao-atuar-partido-politico-carlos-britto>>. Acesso em 06.out..2014. No mesmo sentido, *vide* o alerta feito por Auracyr Cordeiro: CORDEIRO, Auracyr. Justiça Eleitoral deve coibir abuso do poder religioso. **Revista Consultor Jurídico**, São Paulo, 12.jun.2014. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2014-jun-12/auracyr-cordeiro-justica-eleitoral-coibir-abuso-poder-religioso>>. Acesso em 06.10.2014.

51. BARROSO, Luís Roberto. **Interpretação e aplicação da Constituição:** fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 151.

52. BARROSO, Luís Roberto. **Interpretação e aplicação da Constituição:** fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 151.

53. BARROSO, Luís Roberto. **Interpretação e aplicação da Constituição:** fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 152.

54. STF, Pleno, Rcl 4374/PE, Rel. Min. Gilmar Mendes, j. 18.04.2013, Info 702. *Vide* também os seguintes julgados, em sede de repercussão geral: STF, Pleno, RE 567.985/MT, Rel. orig. Min. Marco Aurélio, Rel. p/ o acórdão Min. Gilmar

Mendes, j. 17 e 18.04.2013, Info 702; STF, Pleno, RE 580.963/PR, Rel. Min. Gilmar Mendes, j. 17 e 18.04.2013, Info 702.

55. STF, Pleno, RE 567.985/MT, Rel. Min. Marco Aurélio, j. 18.04.2013, DJe 02.10.2013.

56. Cinco ministros votam pela ampliação da imunidade tributária de material didático. **Revista Consultor Jurídico**, São Paulo, 06 ago. 2014 Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2014-ago-06/cinco-ministros-ampliam-imunidade-tributaria-material-didatico>>. Acesso em 06.out..2014.

57. Destacando a influência da realidade sobre a interpretação, luminares são as palavras de Lima Vaz: "Aplicado ao *ethos* ou aos costumes, o método hermenêutico conduz inevitavelmente a uma forma de **relativismo** histórico na concepção da Ética, no qual os problemas da verdade ou da falsidade (respectivamente bondade ou maldade) da conduta são relativizados em função das estruturas da **visão do mundo** ou da **cultura** de determinada época". LIMA VAZ, Henrique Cláudio de. **Escritos de Filosofia IV: introdução à Ética Filosófica** 1. São Paulo: Loyola, 1999. p. 426. Cingindo-se à interpretação jurídica, preciso é o ensinamento de Miguel Reale: "Se a regra jurídica não pode ser entendida sem conexão necessária com as circunstâncias de fato e as exigências axiológicas, é essa complexa condicionalidade que nos explica por que uma mesma norma de direito, sem que tenha sofrido qualquer alteração, nem mesmo de uma vírgula, adquire significados diversos com o vover dos anos, por obra da doutrina e da jurisprudência. É que seu sentido autêntico é dado pela estimativa dos fatos, **nas circunstâncias em que o intérprete se encontra**. Um mesmo artigo do Código Civil pode ter importado uma consequência em 1920, com a qual não se harmoniza a consequência de nossos dias. [...] Dizemos, assim, que uma regra ou uma norma, no seu sentido autêntico, é a sua interpretação nas circunstâncias históricas e sociais em que se encontra no momento o intérprete". REALE, Miguel. **Filosofia do direito**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 1999. p. 582-3. Por fim, no plano da interpretação constitucional, indispensável é a lição de Virgílio Afonso da Silva: "A interpretação constitucional pressupõe uma discussão acerca da concepção de constituição, da tarefa do direito constitucional, da interação da realidade constitucional com a realidade política do Brasil e, ainda, acerca da contextualização e da evolução histórica dos institutos constitucionais brasileiros. É necessário, em suma, que se desenvolva uma teoria constitucional brasileira. Isso implica, por exemplo, discutir que tipo de constituição era a Constituição de 1988 ao ser promulgada, e se as mudanças constitucionais ocorridas desde então alteraram seus fundamentos políticos, sociais e econômicos". SILVA, Virgílio Afonso da. **Interpretação constitucional e sincretismo metodológico**. In SILVA, Virgílio Afonso da (org.). **Interpretação constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2005. p. 143.

58. "Uma Corte Constitucional não deve ser cega ou indiferente às consequências políticas de suas decisões, inclusive para impedir resultados injustos ou danosos ao bem comum. Mas somente pode agir dentro dos limites e das possibilidades abertas pelo ordenamento. Contra o direito o juiz não deve decidir jamais. Em caso de conflito entre o direito e a política, o juiz está vinculado ao direito". BARROSO, Luís Roberto. **Interpretação e aplicação da Constituição: fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 116.

59. Cumpre salientar que referida interpretação somente se revela como "nova" à luz do contexto atual, visto que tanto Pontes de Miranda quanto Sacha Calmon e Celso Bastos se expressaram de acordo com uma interpretação restritiva quanto à imunidade dos templos de qualquer culto. *Vide*: BALEEIRO, Aliomar. **Direito Tributário brasileiro**. 11. ed. atual. por Misabel Abreu Machado Derzi. 11 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2003. p. 137; e MACHADO, Hugo de Brito. **Comentários ao Código Tributário Nacional**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007. p. 193.

60. COELHO, Sacha Calmon Navarro. **Curso de Direito Tributário brasileiro**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004. p. 299.

61. No bojo do RE 325.822/SP, com base em voto do Min. Gilmar Mendes, vencidos os Ministros Ilmar Galvão (Relator), Ellen Gracie, Carlos Velloso e Sepúlveda Pertence, o STF entendeu pela utilização da regra prevista no § 4º do art. 150 da CRFB como vetor interpretativo para as alíneas *b* e *c* do inciso VI do mesmo dispositivo constitucional. Interpretação essa que, com base nos métodos gramatical, sistemático e teleológico e buscando alicerces hermenêuticos em normas constitucionais principiológicas e programáticas (*e.g.*: os fundamentos e os objetivos constitucionais previstos no Título I da CRFB), o presente artigo intenta superar.

62. SILVA, Virgílio Afonso da. Interpretação constitucional e sincretismo metodológico. In SILVA, Virgílio Afonso da (org.). **Interpretação constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2005. p. 127.

63. CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2003. p. 1.223-4.

64. ÁVILA, Humberto. **Sistema constitucional tributário**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 273.

Referência bibliográfica (de acordo com a NBR 6023:2002/ABNT):

BOSSI, Pedro Pimenta. Quae sunt Cesaris, Cesari: uma interpretação constitucionalmente adequada da imunidade tributária dos templos de qualquer culto. **Revista de Doutrina da 4ª Região**, Porto Alegre, n. 65, abr. 2015. Disponível em:
< http://www.revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao065/Pedro_Bossi.html >
Acesso em: 13 maio 2015.